

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.359.010 - RS (2018/0229812-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : OZELAME TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADOS : LEANDRO JOSÉ CAON E OUTRO(S) - RS052820
VINICIUS VALENTI BRANCHI - RS084648
AGRAVADO : KOCH ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S
ADVOGADOS : LAURY ERNESTO KOCH E OUTRO(S) - RS024065
MARIANA PORTO KOCH - RS073319
RODRIGO XAVIER LANG - RS106948

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por OZELAME TRANSPORTES E TURISMO LTDA. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não deve ser conhecido, ante a ausência de efetiva impugnação do fundamento da decisão agravada.

O juízo negativo de admissibilidade está fundamentado na ausência de impugnação aos fundamentos do acórdão recorrido e na deficiência das razões recursais, motivo pelo qual foram aplicadas as Súmulas 283/STF e 284/STF. O Tribunal de origem, após transcrever trecho da fundamentação do acórdão, pontuou que não teriam sido impugnados os seguintes fundamentos: "(I) 'No caso concreto, em sede de cognição sumária, não verifico o preenchimento dos requisitos autorizadores da concessão. Não há elementos suficientes acerca da probabilidade do direito', (II) 'a parte agravante deixou de se insurgir, no momento oportuno, contra o conteúdo dos documentos contábeis apresentados pelo agravado, permitindo que transcorresse em albis o prazo para impugnação. Neste caso, diante do silêncio da parte, presume-se a sua

anuência sobre o valor auferido pelo recorrido ao crédito executado. Dessa feita, neste momento processual – em que restou homologado laudo de avaliação de veículo penhorado assim como aprazadas as datas para o leilão do bem penhorado, a discussão sobre o valor apurado a título de honorários advocatícios não se releva possível', (III) 'quanto a alegação de erro material, muito embora se trate de matéria de ordem pública, podendo ser ventilada a qualquer tempo e grau de jurisdição, não se verifica qualquer irregularidade incidente sobre os cálculos apresentados pelo agravado em sede de cumprimento de sentença (fls. 79-84 deste AI), os quais restaram homologados pelo juízo 'a quo', não ensejando rediscussão da matéria para fins de eventuais retificações', (IV) 'referido excesso de execução jamais foi objeto de insurgência junto ao juízo de origem, e, tão somente agora, quando homologado o laudo de avaliação de bem penhorado e designada data para o respectivo leilão, restou manifestado o descontentamento.'".

Nas razões do agravo, a recorrente afirma que *"rebateu de forma específica, clara e fundamentada os argumentos da decisão impugnada"*. Entende que a decisão agravada estaria fundamentada na ausência de impugnação ao fato de que *"a parte agravante deixou de se insurgir, no momento oportuno, contra o conteúdo dos documentos contábeis apresentados pelo agravado, permitindo transcorrer em albis o prazo para impugnação"*, o que teria sido impugnado, pois se teria consignado que *"o erro material de cálculo pode ser ventilado a qualquer tempo, em qualquer grau de jurisdição, ainda quando a sentença tenha transitado em julgado, nos termos do art. 494, I, do Novo CPC, não podendo se falar em transcurso do prazo da impugnação"*. Afirma que teria constatado que *"a empresa agravante NUNCA se creditou da vantagem obtida através do processo nº 10503380516 pela redução da alíquota de 17% para 12% no período compreendido entre 14.07.1990 e 21.02.2008, data do trânsito em julgado da referida ação, o que pode ser comprovado facilmente através da análise dis seus livros fiscais"*. Afirma que seria *"imprescindível a realização de perícia contábil, pois o*

cálculo da agravada não possui qualquer embasamento, tendo em vista que ela não teve acesso aos livros fiscais da agravante, os quais comprovam cabalmente que não houve benefício auferido".

Tais razões, todavia, não impugnam o fundamento da decisão agravada.

Note-se que as razões apresentadas poderiam até demonstrar a impugnação de um dos fundamentos indicados na decisão agravada, mas nunca de todos.

Destaque-se que o Tribunal de origem pontuou que *"não se verifica qualquer irregularidade incidente sobre os cálculos apresentados pelo agravado em sede de cumprimento de sentença (fls. 79-84 deste AI), os quais restaram homologados pelo juízo 'a quo', não ensejando rediscussão da matéria para fins de eventuais retificações"*, fundamento que claramente não restou impugnado.

Além disso, ao afirmar que *"a empresa agravante NUNCA se creditou da vantagem obtida através do processo nº 10503380516 pela redução da alíquota de 17% para 12% no período compreendido entre 14.07.1990 e 21.02.2008, data do trânsito em julgado da referida ação, o que pode ser comprovado facilmente através da análise de seus livros fiscais"*, a própria agravante torna absolutamente incontestável que não se trata de mero erro de cálculo, mas sim de pretensão de discutir a própria existência do crédito exigido, questão que está submetida à preclusão.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator